



## ABORTO ESPONTÂNEO: UM PANORAMA EPIDEMIOLÓGICO DE JANEIRO DE 2020 À SETEMBRO DE 2025

IV Congresso Médico Online de Ginecologia e Obstetrícia, 1ª edição, de 01/12/2025 a 02/12/2025  
ISBN dos Anais: 978-65-5465-174-5

MEDYK; Nicole<sup>1</sup>, LIMA; Maria Vitória Corsi Costa Lima<sup>2</sup>

### RESUMO

O aborto espontâneo é definido como a interrupção involuntária do desenvolvimento embrionário antes da 20ª semana de gestação, mais comumente entre a 10ª e a 11ª semana. Essa situação, representa entre 10 a 20% das gestações reconhecidas. Apesar de sua causa ser, muitas vezes, desconhecida é possível citar alguns fatores que podem ocasionar essa condição. Dentre eles, persistem as alterações genéticas, como trissomias, monossomias ou poliploidias, que comprometem a viabilidade embrionária. Além das causas genéticas, diversos fatores maternos podem influenciar nesse quadro. Exemplo disso são as malformações uterinas - como leiomiomas e septos uterinos- as anormalidades na saúde materna - como diabetes e hipotireoidismo - as doenças autoimunes e/ou as infecções. Portanto, essas condições elevam o risco ao interferirem na circulação placentária e nos mecanismos de tolerância imunológica materno-fetal. Realizar uma análise epidemiológica descritiva de aborto espontâneo com dados de Janeiro de 2020 à Setembro de 2025. Nesse sentido, foi realizado um estudo epidemiológico, no qual houve um levantamento de dados que foram obtidos no Sistema de Informações Hospitalar, através da plataforma DATASUS, durante o período de Janeiro de 2020 à Setembro de 2025. Dessa forma, durante esse período, foram notificados 414.917 casos de aborto espontâneo no Brasil. Ademais, apesar da região Nordeste representar o local com o maior número de casos registrados no Brasil (162.054 casos), a região Sudeste também apresenta grande relevância com 135.266 registros, com destaque para o estado de São Paulo, que apresentou 62.257 casos nos últimos 5 anos, representando o estado com o maior número de casos do Brasil. Por outro lado, pode-se elucidar que apesar do estado da Roraima ter sido o de menor relevância, com apenas 225 casos, a região Centro-Oeste foi a região em que teve o menor registro de casos de hemorragia pós-parto no Brasil, com 25.731 casos. Nesse viés, o pico de casos referente a esses anos, evidencia que há falhas no controle e tratamento da hemorragia pós-parto e que essa enfermidade permanece como um agravo na saúde pública brasileira, com distribuição desigual entre estados e regiões. A alta incidência, especialmente no Nordeste e Sudeste, reforça a necessidade de fortalecer políticas públicas voltadas à saúde materno-infantil, ampliando o acesso ao pré-natal de qualidade, à investigação das causas do aborto e ao suporte às mulheres em risco. Estratégias de prevenção, educação em saúde e melhoria na vigilância epidemiológica são essenciais para reduzir os índices e promover cuidado integral às gestantes, contribuindo para melhores desfechos reprodutivos em todo o país.

<sup>1</sup> Faculdade de Pinhais - FAPI , nicole.medyk@gmail.com

<sup>2</sup> Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR, mariavitoriacorsic@gmail.com

